

DIÁRIO DA



REPÚBLICA

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

PREÇO DESTE NÚMERO — Db. 120,00

A correspondência respeitante à publicação e anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou a falta de remessa, deve ser dirigida à Empresa de Artes Gráficas — Caixa Postal n.º 25 — S. TOMÉ.

No preço das assinaturas fora do País não está incluída a importância para o porte do correio.

Anúncios — por cada linha de corpo 8... Db. 12,00
(As repetições têm o desconto de 50%)

Em conformidade com a lei, cobrar-se-á mais 4% sobre o preço do anúncio.

Anúncio algum será publicado sem que venha acompanhado do seu custo provável e assim só será, quando houver espaço disponível para a

4.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 32/87.

Afasta o Estado na gestão das unidades produtivas e estabelece normas de forma a permitir um engajamento mais adequado e multiforme do cidadão na reabilitação.

Decreto-Lei n.º 33/87.

Aprova e põe em execução a Lei Orgânica do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe que faz parte integral do presente diploma.

Decreto n.º 34/87.

Constitue a Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, Empresa Estatal, denominada (ENASA), dotada de personalidade e de capacidade jurídicas e autonomia administrativa e financeira, sob tutela do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Decreto n.º 35/87.

Nomeia o senhor Felisberto Afonso Lima Neto para acumulativamente com as suas funções, exercer o cargo de director da Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ENASA).

Ministério do Trabalho e Previdência Social

Departamento do Pessoal e Serviços Internos.

Ministério dos Transportes e Comunicações

Direcção da Aviação Civil.

Ministério da Justiça e da Função Pública

Departamento de Administração, Finanças e Serviços Internos.

Ministério da Informação

Despacho.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Despacho.

Direcção dos Serviços Administrativos e Consulares.

Ministério do Comércio, Indústrias e Pescas

Empresa de Artes Gráficas.

Ministério das Finanças

Despacho n.º 49/87.

Direcção Nacional dos Desportos

Despacho n.º 50/87.

Departamento dos Recursos Humanos.

Publicações e avisos oficiais

Ministério das Finanças

Repartição de Finanças da Área Fiscal de S. Tomé.

Anúncios judiciais e outros

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 32/87

Tendo em conta as características da economia de São Tomé e Príncipe e a necessidade de se encontrar mecanismo e formas para a solução dos diferentes problemas que afectam o desenvolvimento sócio-económico do nosso País;

Considerando o Programa de Ajustamento Estrutural, como medida de política económica adoptada neste contexto, a sua importância e reflexo na vida económica e social do País;

Tendo preconizado o afastamento do Estado na gestão das unidades produtivas, e estando-se ciente da conveniência em se organizar esse processo de forma a permitir um engajamento mais adequado e multiforme do cidadão na reabilitação da Economia Nacional;

Ouvidas as opiniões dos cidadãos sobre propostas de medidas do Comité Central do M.L.S.T.P., para permitir uma racional e coerente distribuição dos recursos, promover acções e estabelecer regras que conduzam a uma maior motivação e responsabilidade dos cidadãos pelos resultados do seu trabalho e estimular uma maior competitividade entre os diferentes agentes económicos;

Nestes termos;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4 do artigo 47.º da Constituição, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O afastamento do Estado na gestão das unidades produtivas deve proceder-se de forma a garantir:

a) a reabilitação das estruturas de produção ou de serviço, e estabelecimento de mecanismo de enquadramento susceptíveis de envolver e responsabilizar o maior número possível de cidadãos na exploração dos recursos e usufruto dos resultados do seu trabalho;

b) a realização de um processo de desenvolvimento integrado, através da utilização racional dos recursos, infra-estruturas e equipamentos técnicos e sociais existentes tanto ao nível distrital como ao nível nacional;

c) um novo modelo de assistência técnico-científica e financeira mais directamente ligada às necessidades específicas dos distritos e das unidades de produção.

Art. 2.º O estabelecimento de programas de desenvolvimento global ou sectorial é da responsabilidade do Governo e deve visar:

a) o crescimento harmonioso e integrado da economia nacional, com base num melhor aproveitamento das potencialidades distritais e na complementaridade inter-distrital das diferentes actividades de produção e de serviço;

b) a definição do tipo de empreendimento e projectos que pela sua importância e utilidade devam ser da responsabilidade directa do Estado.

Art. 3.º Os organismos competentes do Governo devem:

a) aplicar, orientar, controlar e avaliar a aplicação dos programas definidos;

b) propôr políticas nos diferentes sectores e o tipo de mudanças estruturais possíveis, de acordo com as potencialidades e especificidades de cada distrito;

c) garantir a assistência técnica e financeira requerida para projectos e iniciativas realistas, individuais ou colectivas, que procurem a consecussão dos objectivos dos programas;

d) apreciar e aprovar as propostas de associação de empreendimentos nacionais a agentes económicos estrangeiros;

e) dimensionar as unidades de produção de harmonia com os tipos de produção principais, conveniência na utilização comum dos equipamentos e garantia de melhor eficiência sócio-económica;

f) orientar para que seja imprimido carácter polivalente às estruturas de produção abrangendo critérios que conduzam a auto-suficiência, garantam comple-

mentaridade na utilização dos recursos e suavizem o impacto de eventuais crises conjunturais tanto internas como externas;

g) orientar para especialização e exploração intensiva nos domínios de produção de produtos alimentares e outros cuja procura tenha carácter permanente no mercado interno e o excedente possa ser exportado;

h) incentivar a intervenção das Organizações Não-Governamentais (ONG) e outras instituições de ajuda, para a implementação dos objectivos económicos ou sociais das unidades de produção ou de serviço.

Art. 4.º O afastamento do Estado da gestão das unidades produtivas deve ser feito por:

a) contrato de gestão com outros agentes económicos, através de concurso público;

b) constituição das empresas mistas;

c) cedência de Empresas ou parte de uma Empresa aos cidadãos para exploração e usufruto colectivo ou individual.

Art. 5.º As Empresas geridas por contrato de gestão com agentes económicos estrangeiros devem incluir na sua estrutura quadros nacionais.

Art. 6.º As actuais Empresas Estatais poderão ser cedidas aos cidadãos segundo diferentes modalidades de exploração, expressas no artigo 4.º, em consonância com os objectivos previstos no artigo 1.º, do presente decreto-lei.

Art. 7.º A cedência das Empresas Estatais deve ser precedida de uma inventariação do respectivo património pelos serviços competentes.

Art. 8.º Não serão incluídos no património das empresas resultantes da cedência, os bens imóveis e os respectivos recheios, de interesse histórico, turístico e cultural devidamente identificados pelos organismos competentes.

Art. 9.º Não serão cedidas empresas que pela globalidade da sua importância na vida económica ou social sejam consideradas estratégicas pelo Governo.

Art. 10.º A gestão estatal das empresas abrangidas pelo número anterior será regida pelas respectivas disposições em vigor.

Art. 11.º O cidadão possuidor de gleba ou qualquer outra unidade de produção ou de serviço aproveitável, mas abandonada ou subutilizada, não será beneficiado por nenhuma das modalidades de cedência. Contudo, o Estado garantirá assistência requerida para a reabilitação da mesma ou sua reconversão numa unidade de produção mais rentável.

Art. 12.º Uma Empresa de Exploração colectiva é uma unidade de produção ou de serviço constituída pelos meios de produção, instalações e equipamentos existentes numa ou parte de uma das actuais empresas estatais, postos à disposição dos cidadãos, por um período determinado, de harmonia com o tipo de actividade preponderante com vista a:

a) realizar de forma consecutiva a produção ou serviço, a fim de obter o máximo de produtos com o mínimo de gastos;

b) satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros e melhorar as condições de vida.

Art. 13.º A dimensão de uma Empresa de Exploração Colectiva, quando agro-pecuária, deve ser definida pelo organismo competente do Estado, tendo em conta o tipo de actividade ou actividades preponderantes e as potencialidades económicas da Empresa, de forma a:

- a) aproveitar plenamente a força do trabalho necessária e garantir a sua eficiência económico-financeira;
- b) contribuir para a difusão e adopção das inovações técnicas que o desenvolvimento económico e social exige;
- c) aproveitar de forma mais racional os recursos técnicos e materiais disponíveis;
- d) estimular investimento, elevar o nível dos rendimentos e criar possibilidades de aumentar o número de membros.

Art. 14.º A gestão de uma Empresa de Exploração Colectiva pode ser exercida, por não-membros, através de contrato de gestão ou de admissão de técnicos assalariados.

Art. 15.º O número de membros de uma Empresa de Exploração Colectiva é definido pelo organismo competente do Estado tendo em conta o disposto no ponto 14 do presente decreto-lei.

Art. 16.º Os actuais trabalhadores das Empresas Estatais e cidadãos interessados podem ser membros fundadores da Empresa de Exploração Colectiva definida pelo organismo competente do Estado.

Art. 17.º Uma Empresa de Exploração Colectiva pode admitir não-membros por contrato, para a execução de tarefas específicas durante um certo período.

Art. 18.º Podem aderir a uma Empresa de Exploração Colectiva quadros profissionais, técnicos e outros que desejarem trabalhar nela.

Art. 19.º O organismo competente do Estado pode sugerir a introdução de técnicos ou operários especializados como membros ou assalariados da Empresa de Exploração Colectiva, desde que seja necessário, para o aumento da sua capacidade técnico-científica.

Art. 20.º A Empresa de Exploração Colectiva rege-se por um Decreto-Lei, um Estatuto e um Regulamento Interno adaptado ao tipo de actividade ou actividades a desenvolver nas respectivas unidades de produção ou serviço.

Art. 21.º O Estatuto de uma Empresa de Exploração Colectiva deverá obedecer a normas, devendo constar:

- a) objecto, denominação e sede social da Empresa de exploração colectiva;
- b) a denominação das unidades de produção ou de serviço, que a constituem;
- c) a actividade ou actividades fundamentais da Empresa;
- d) a área geográfica total e a de cada uma das unidades de produção que a compõem;
- e) os direitos e obrigações da Empresa para o Estado;
- f) os direitos e obrigações dos membros da Empresa;

- g) a estrutura organizativa da Empresa;
- h) tipo e atribuições dos órgãos da Empresa;
- i) inventário na data de cedência pelo Estado.

Art. 22.º O regulamento interno deve precisar as normas e critérios referentes a:

- a) disciplina;
- b) salário mínimo, subsídio, gratificações e outros estímulos;
- c) formas de distribuição dos lucros;
- d) constituição de fundos sociais e outros;
- e) construção ou ampliação de moradias;
- f) exploração de «lavras», para o caso das Empresas colectivas do sector agrícola.

Art. 23.º No sector agro-pecuário, as Empresas de Exploração Colectiva deverão ser constituídas de forma a manter ou promover a utilização mais racional dos meios de produção obedecendo às particularidades referentes às suas potencialidades agro-pecuárias e à necessidade de tornar mais acessível a utilização dos equipamentos técnicos e sociais existentes.

Art. 24.º Uma Empresa de Exploração Mista é uma unidade estatal de produção ou serviço em que o Estado se associa a agentes económicos internos ou externos na formação ou reforço de capital para a implementação de empreendimentos económicos e sociais.

Art. 25.º A associação das Empresas Estatais para constituição de empresas mistas deve ser feita por concurso público ou através de acordo bilateral aprovado pelo Governo.

Art. 26.º Uma Empresa de Exploração Individual é modalidade de exploração da propriedade do Estado por uma entidade privada quer individualmente quer em sociedade, por um período definido de acordo com o tipo de actividade ou actividades.

Art. 27.º A cedência de propriedade do Estado para exploração individual ou em sociedade, será feita através de concurso público para efeitos de contrato, tendo em conta a experiência ou capacidade técnica e financeira do cidadão ou cidadãos interessados para garantir a reabilitação ou aumento de eficiência económica.

Art. 28.º No que se refere ao sector agro-pecuário a cedência de terras e equipamentos para efeitos de exploração individual ou em sociedade, deve incidir, em princípio, sobre terras ou infraestruturas agro-pecuárias abandonadas ou subutilizadas, ou «dependências» com carácter autónomo.

Art. 29.º A extensão de terras a ceder para exploração individual deve obedecer a critérios relacionados com o tipo de cultura dominante, terras disponíveis ou susceptíveis de serem desintegradas de uma Empresa existente, de forma a garantir um rendimento crescente.

Art. 30.º A Exploração Individual ou em sociedade, das propriedades do Estado rege-se por contrato entre o cidadão ou representantes de grupos de cidadãos e o Estado, através do organismo competente relacio-

nado com a actividade da respectiva Empresa, com o visto de órgão competente do Ministério das Finanças.

Art. 31.º O não cumprimento das disposições contratuais por um período superior ao estabelecido implicará submissão da Empresa a um novo concurso, independentemente das sanções legais nomeadamente no caso de degradação da propriedade por incuria ou negligência.

Art. 32.º O usufrutuário de Empresas de Exploração Individual cedidas pelo Estado, nacionalizadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 32/78, e os usuários dos bens do Estado de forma individual ou em sociedade, ao abrigo de despachos dos Ministérios, até a presente data, devem regularizar a sua situação no que se refere ao inventário, à renovação dos respectivos contratos, e ao pagamento de dívidas ao Estado, das contribuições e impostos devidos, no prazo a ser fixado. O não cumprimento desta disposição implica a aplicação dos dispostos no ponto anterior.

Art. 33.º A renovação dos contratos depende da aprovação pelo organismo competente do Estado, do plano de reabilitação ou aumento da eficiência económica da Empresa de Exploração Individual ou da sociedade.

Art. 34.º O cidadão nacional não-residente, pode ser membro de qualquer empresa de Exploração Colectiva ou Individual, de acordo com as normas estipuladas pelas mesmas.

Art. 35.º A fim de proporcionar maior coerência e eficiência no cumprimento do presente decreto-lei, caberá ao Estado Santomense através de organismos competentes:

a) definir políticas gerais de desenvolvimento de cada sector, precisando as prioridades nos diferentes domínios de produção e serviços;

b) apoiar o desenvolvimento das diferentes modalidades de exploração, através de assistência técnica, financeira e administrativa, sempre e quando for solicitada para o efeito;

c) servir-se de orientador, fiscalizador ou medianoiro nos contratos entre entidades económico-nacionais (colectivas ou individuais) e os agentes económicos externos;

d) definir normas para a concessão de créditos aos diferentes tipos de empreendimentos nos diferentes sectores da vida nacional, com base nos objectivos prioritários previamente definidos, nas garantias de reembolso e na eficiência de empreendimento ou investimento;

e) fiscalizar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado, ou em que este intervém como medianoiro e fazer aplicar as sanções previstas nos respectivos acordos, em caso de violações;

f) actualizar as normas que determinam o sistema de pagamento ao Estado dos impostos, taxas ou contribuições pelas unidades de produção e serviços, estatais, colectivas, individuais, privadas, tanto nacionais, como estrangeiras, assim como pelos cidadãos;

g) adaptar o código de investimento em vigor aos novos condicionalismos criados com a publicação do presente decreto-lei;

h) elaborar normas de comercialização dos produtos de exportação incluindo formas de retenção de divisas pelos produtores para o aumento da capacidade produtiva e satisfação das necessidades sociais das unidades de produção e encorajar a criação de dispositivos e compensação interna, face às flutuações do mercado internacional;

i) exigir a prestação de contas num prazo a estipular sobre as actividades económicas dos empreendimentos em que o Estado esteja envolvido directamente e dos empreendimentos colectivos (associados ou não a agentes externos) em que o Estado aparece como medianoiro.

Disposições finais

Art. 36.º Cabe a entidade competente do Aparelho de Estado:

a) orientar e estimular a utilização da terra de acordo com as cartas de potencialidades agrícola e com os condicionalismos internos e externos em matéria de produção, comercialização e satisfação das necessidades materiais e sociais do País;

b) estudar e orientar a aplicação dos princípios que permitem o desenvolvimento e transformação da estrutura da Empresa incluindo a hierarquização e localização dos centros de serviço;

c) decidir sobre a reestruturação, ampliação ou eliminação dos actuais centros habitacionais assim como a criação de novos centros no interior da área geográfica da Empresa, tendo em conta as cidades ou vilas vizinhas, e a necessidade de uma distribuição harmonica da população no espaço nacional e aproveitamento mais adequado das infra-estruturas sociais.

Art. 37.º A associação das empresas colectivas ou individuais a agentes económicos estrangeiros, deve ser feita através de acordo bilateral obedecendo a critérios de melhor factibilidade e perspectiva na sua eficiência económica e social, avaliados pelo organismo competente de Administração do Estado.

Art. 38.º Os estrangeiros que tinham residência habitual em S. Tomé e Príncipe e que mantiveram após a independência são abrangidos pelas disposições do presente decreto-lei.

Art. 39.º Este Decreto-Lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em S. Tomé, aos 7 de Dezembro de 1987. — O Ministro da Economia e Planificação, *Manuel Pinto da Costa*. — O Ministro do Estado, da Educação e do Trabalho e Previdência Social, *Celestino Rocha da Costa*. — O Ministro dos Transportes e Comunicações, *Tomé Dias da Costa*. — O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *Raúl Wagner Bragança Neto*. — O Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, *Oscar Aguiar do Sacramento e Sousa*. — Pelo Ministro da Justiça e da Função Pública, *Manuel Vaz Afonso Fernandes*. — O Ministro-Secretário do Conselho de Ministros, *Manuel Vaz Afonso Fernandes*. — O Ministro da Saúde, *Frederico Henriques Sequeira*. — Pelo Ministro da Informação, *Manuel Vaz Afonso Fernandes*. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Guilherme Posser da Costa*. — O Ministro do Comércio, Indústrias e Pescas, *Carlos*

Alberto Menezes Bragança Gomes. — Pelo Ministro das Finanças e Governador do B. N. S. T. P., *Carlos Alberto Menezes Bragança Gomes.* — Pelo Ministro da Cooperação, *Carlos Alberto Menezes Bragança Gomes.*

Promulgado em 17 de Dezembro de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MANUEL PINTO DA COSTA.

Decreto-Lei n.º 33/87

Considerando a necessidade de se introduzir alterações de carácter estrutural, organizativa e funcional no B. N. S. T. P. de modo a torná-lo apto e responder com dinamismo e eficiência as tarefas que lhe cabem no novo quadro económico e financeiro que se desenha;

Considerando o disposto na Decisão com Força de Lei n.º 9/86 de 20 de Junho;

Usando da competência conferida pelo n.º 4 do artigo 47.º da Constituição, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º É aprovada e posta em execução a Lei Orgânica do Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe que faz parte integral do presente diploma.

Art. 2.º São revogados os Decretos-Leis n.ºs 41/76 de 3 de Setembro e 39/79 de 11 de Julho.

Art. 3.º — 1. O presente decreto-lei terá um período de vigência provisória de seis meses, contados a partir da data da sua publicação;

2. Durante o referido período poderão ser-lhe introduzidas alterações visando a sua melhor adequação aos fins que se propõe.

3. Decorridos os seis meses, o presente Decreto-Lei entrará definitivamente em vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 7 de Dezembro de 1987. — O Ministro da Economia e Planificação, *Manuel Pinto da Costa.* — O Ministro de Estado, da Educação e do Trabalho e Previdência Social, *Celestino Rocha da Costa.* — O Ministro dos Transportes e Comunicações, *Tomé Dias da Costa.* — O Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, *Óscar Aguiar do Sacramento e Sousa.* — Pelo Ministro da Justiça e da Função Pública, *Manuel Vaz Afonso Fernandes.* — O Ministro da Defesa e Ordem Interna, *Raúl Wagner da Conceição Bragança Neto.* — O Ministro-Secretário do Conselho de Ministros, *Manuel Vaz Afonso Fernandes.* — O Ministro da Saúde, *Frederico José Henriques Sequeira.* — Pelo Ministro da Informação, *Manuel Vaz Afonso Fernandes.* — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Celestino Rocha da Costa.* — Pelo Ministro das Finanças e Governador do BNSTP, *Carlos Alberto Menezes Bragança Gomes.* — O Ministro do Comércio, Indústrias e Pescas, *Carlos Alberto Menezes Bragança Gomes.* — Pelo Ministro da Cooperaçã, *Carlos Alberto Menezes Bragança Gomes.*

Promulgado em 22 de Dezembro de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MANUEL PINTO DA COSTA.

Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe

CAPÍTULO I

Da Natureza, Objectivo e Fins

Artigo 1.º

O Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe, na presente Lei designado por BANCO, é o banco central do Estado e único instituto emissor do País e compete-lhe assegurar a execução das políticas monetária e de crédito definidas pelo M. L. S. T. P. e pelo Governo.

Artigo 2.º

O Banco rege-se pelas disposições do presente diploma e dos regulamentos que venham a ser adoptados em sua execução, bem como pelas normas aplicáveis da legislação reguladora da actividade das instituições de Crédito.

Artigo 3.º

O Banco tem personalidade jurídica e é dotado de autonomia financeira e patrimonial. Por isso, e a não ser que doutro modo se expresse, aquele não responde pelas obrigações contraídas pelo Estado ou pelos Organismos Centrais ou locais do mesmo, nem tão pouco o Estado responde pelas obrigações contraídas pelo Banco.

Artigo 4.º

1. O Banco tem a sua séde na Cidade de S. Tomé e uma Filial na Cidade de St.º António do Príncipe. Pode o Banco, quando tal se justificar, criar filiais noutras localidades.

2. O Banco poderá promover a sua representação por outras instituições de crédito estrangeiras, bem como utilizar, para o mesmo efeito, mediante acordo aprovado pelo Governo, a colaboração de quaisquer serviços públicos.

Artigo 5.º

O Banco tem por objectivo o exercício das funções do Banco Central, do instituto emissor, do tesoureiro do Estado, de banco comercial e do instituto de desenvolvimento.

Artigo 6.º

No desempenho das suas funções, o Banco, no contexto da política geral traçada pelo Governo, tem por missão criar e manter no âmbito da actividade cambial, da moeda, de crédito e da orientação da poupança, as condições mais favoráveis a um desenvolvimento harmonioso da economia. Nestes termos:

O banco central, tem como principais fins, orientar a circulação monetária, assegurar a estabilidade interna e externa da moeda, gerir os meios de pagamento externos e exercer uma acção favorável sobre a balança de pagamentos, fornecer recursos financeiros ao Estado, exercer o papel de intermediário nas relações monetárias internacionais, disciplinar a actividade bancária e dirigir e controlar superiormente a distribuição do crédito;

Como instituto emissor, o Banco tem o exclusivo da emissão de notas e moeda divisionária;